

Sumário

ARTIGOS DOUTRINÁRIOS

Filiação automática em previdência privada complementar: opção válida para o Brasil?
Adriana Freisleben de Zanetti 15

O termo inicial da licença-maternidade para mães de bebês prematuros de convivência familiar tardia e o artigo 207, § 2º, da Lei nº 8.112/1990
Raquel Cristina Rezende Silvestre 27

Direito de Autor em perspectiva histórica: da Idade Média ao reconhecimento dos direitos da personalidade do autor
Leonardo Estevam de Assis Zanini 39

Metodologia jurídica e sua relação com o conceito, interpretação e aplicação do Direito: uma visão panorâmica
Marcelo Jucá Lisboa 59

Reflexões sobre o artigo 184 do Código Tributário Nacional e o artigo 30 da Lei de Execução Fiscal
Fabiano Righi 93

JURISPRUDÊNCIA

DIREITO ADMINISTRATIVO

Indenização. Limitação administrativa. Prescrição prevista no artigo 1º do Decreto nº 20.910/1932. Inocorrência.
AC 0001564-69.2007.4.03.6104
Desembargadora Federal Cecilia Mello 107

Conselho Regional de Farmácia. Drogaria. Fiscalização. Competência do CRF. Supermercado. Comercialização de produtos correlatos. Venda de medicamentos em unidade separada. Possibilidade. Registro no órgão. Assistência de profissional habilitado. Prescindível nova inscrição no CNPJ.
REOMS 0005055-08.2007.4.03.6000
Desembargador Federal André Nabarrete 112

Neoplasia maligna. Ressarcimento pelo poder público de tratamento de braquiterapia com recursos próprios. Indevido. Artigo 196 da CF.

AC 0002645-21.2010.4.03.6113

Desembargador Federal Nelton Dos Santos118

“Programa Minha Casa Minha Vida”. Imóvel que não atende as condições de acessibilidade a que aludem a Lei nº 10.098/2000 e o Decreto nº 5.296/2004. Decisão liminar que determina o bloqueio de outros imóveis que efetivamente atendam os requisitos de acessibilidade em favor da autora. Viabilidade. Bloqueio de unidades habitacionais em quantidades superiores ao que a autora necessita. Necessidade de se considerar os interesses de outros mutuários nas mesmas condições.

AI 0004907-37.2016.4.03.0000

Desembargador Federal Wilson Zauhy 122

Disponibilização de energia elétrica. Inadimplência. Autarquia. Prestação de serviço público essencial. Água e esgoto. Impossibilidade de corte fornecimento. Danos à coletividade.

AI 0010009-40.2016.4.03.0000

Desembargador Federal Carlos Muta 126

DIREITO CIVIL

Despesas condominiais. Prescrição.

AC 0002117-47.2011.4.03.6114

Desembargador Federal Peixoto Junior 133

DIREITO CONSTITUCIONAL

Responsabilidade civil. Extracontratual. Linha férrea. Passagem de nível. Acidente com veículo. Danos moral, material. Denúnciação da lide. Culpa exclusiva ou concorrente não comprovada. Viúva e filhos menores. Presunção de dependência. Pensão. Termo “ad quem”, data em que o de cujus completaria 70 anos.

ApelReex 0006842-27.2007.4.03.6112

Desembargador Federal Nery Júnior141

DIREITO PENAL

Materialidade. Delitos de contrabando e atividade clandestina de telecomunicações. Comprovada. Materialidade do delito do artigo 288 do Código Penal. Não comprovada. Autoria. Dosimetria. Decretação de nulidade. Necessidade de comprovar o prejuízo sofrido.

ACr 0001778-46.2015.4.03.6115

Desembargador Federal André Nekatschalow167

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Implantação administrativa de benefício mais vantajoso posterior à concessão judicial da aposentadoria. Embargos Infringentes em Agravo Legal em Apelação. Embargos à Execução. Direito ao recebimento dos atrasados da condenação. Prevalência do voto majoritário.

EI 0003241-15.2004.4.03.6113

Desembargador Federal Paulo Domingues 185

Aposentadoria rural por idade. Embargos Infringentes. Incidente de juízo de retratação. Artigo 543-C, § 7º, II, do CPC/73. Comprovação da atividade rural no período imediatamente anterior ao implemento do requisito etário por período suficiente ao cumprimento da carência.

EI 0037694-47.2006.4.03.9999

Desembargador Federal Sérgio Nascimento 192

Aposentadoria especial. Atividade especial comprovada. Prova técnica emprestada. Benefício concedido. Correção monetária e juros de mora. Honorários advocatícios.

AC 0003775-46.2010.4.03.6113

Desembargador Federal Toru Yamamoto 198

Concessão de auxílio doença e conversão em aposentadoria por invalidez. Incapacidade. Doença que independe de carência. Plasmocitoma ou mieloma múltiplo.

AC 0007308-57.2012.4.03.6108

Desembargador Federal Baptista Pereira209

Aposentadoria especial. Atividade especial. Ruído. Carpa de cana. Inseticida. Laudo técnico ou PPP.

AC 0012883-13.2012.4.03.9999

Desembargadora Federal Lucia Ursaia 215

Pensão por morte. Companheiro. Dependência econômica presumida. Qualidade de segurado não demonstrada. Sentença trabalhista. Inexistência de documentos/testemunhas que pudessem confirmar o vínculo. Atestado de óbito: qualificação como feirante.

ApelReex 0019919-09.2012.4.03.9999

Desembargador Federal David Dantas220

Salário-maternidade. Preliminares de ilegitimidade passiva do INSS e incompetência da justiça comum afastadas. Término do vínculo empregatício, sem justa causa, durante a gestação. Segurada no período de graça.

AC 0027996-70.2013.4.03.9999

Juiz Federal Convocado Claudio Santos 227

Renúncia de benefício. Concessão de outro mais vantajoso. Cômputo do tempo de contribuição posterior ao afastamento. Não devolução dos valores já recebidos da aposentadoria preterida. Possibilidade. Sobrestamento do feito. Desnecessidade. Decadência. Inocorrência. Recurso parcialmente conhecido. Danos morais. Não incidência.

Ag AC 0009659-98.2014.4.03.6183

Desembargador Federal Newton De Lucca230

Auxílio-acidente. Artigo 18, § 1º, da Lei nº 8.213/1991, com a redação dada pela Lei Complementar nº 150/2015. Contribuinte individual/autônomo. Vedação legal expressa.

AC 0009598-07.2015.4.03.9999

Desembargador Federal Fausto De Sanctis238

Conversão de aposentadoria por tempo de contribuição em especial. Revisão. Periculosidade. Trabalho em quadro de força próximo a reservatórios de combustíveis. Reconhecimento do risco da atividade, independentemente do exercício laboral também ser realizado em ambiente sem agente perigoso.

Ag ApelReex 0039862-07.2015.4.03.9999

Desembargador Federal Gilberto Jordan242

Aposentadoria por tempo de serviço proporcional. Revisão. Atividade especial. Telefonista. Enquadramento parcial. Sucumbência recíproca.

AC 0000476-57.2016.4.03.6111

Juiz Federal Convocado Rodrigo Zacharias248

Assistência social. Remessa oficial. Não conhecimento. Novo CPC. Apelação cível. Benefício assistencial de prestação continuada. Preenchimento dos requisitos legais.

ApelReex 0011134-19.2016.4.03.9999

Desembargador Federal Luiz Stefanini 257

Pensão por morte. União estável. Preenchidos os requisitos para a concessão do benefício.

AC 0025042-46.2016.4.03.9999

Desembargadora Federal Tânia Marangoni263

Auxílio-doença. Benefício assistencial. Incapacidade laboral afastada. Benefícios denegados. Nulidade da sentença. Cerceamento de defesa. Inocorrência.

AC 0025957-95.2016.4.03.9999

Desembargadora Federal Ana Pezarini269

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Agravo Legal. Julgamento por decisão monocrática. Embargos à Execução. Contrato de mútuo. Nota promissória. Prova pericial. Ausência de título. Liquidez do título. Juros. Comissão de permanência e taxa de rentabilidade. Multa contratual.

Ag AC 0018059-60.1994.4.03.6100

Desembargador Federal Valdeci dos Santos 275

Embargos de Terceiro. Imóvel penhorado. Doação. Incidência da Súmula nº 84/STJ. Ônus da sucumbência. Princípio da causalidade. Falta de comunicação da doação.

AC 0001748-45.2004.4.03.6002

Desembargador Federal Nino Toldo283

Embargos à Execução. Ação idêntica proposta no Juizado Especial Federal. Renúncia ao crédito excedente. Extinção da execução quanto ao principal. Honorários advocatícios. Verba autônoma. Execução. Possibilidade.

AC 0038104-37.2008.4.03.9999

Desembargador Federal Nelson Porfírio288

Honorários advocatícios. Base de cálculo. Aposentadoria por idade. Antecipação de tutela. Pagamento administrativo.

EDcl AC 0006922-45.2012.4.03.6102

Desembargadora Federal Marisa Santos293

Conflito Negativo de Competência. Ação Civil Pública. Criação de vara no local do dano. Remessa dos autos. Inaplicabilidade do princípio da “perpetuatio jurisdictionis”.

CC 0004843-61.2015.4.03.0000

Desembargador Federal Cotrim Guimarães296

Agravo Regimental. Exceção de Suspeição. Intempestividade. Prazo regimental. Concessão de prazo para juntada de documentos. Inviabilidade. Reiteração de conduta. Má-fé reconhecida. Multa.

SUSPEI 0012600-72.2016.4.03.0000

Desembargadora Federal Cecília Marcondes 300

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Inquérito policial. Decisão judicial de arquivamento de inquérito. Atipicidade do fato. Investigado detentor de foro por prerrogativa de função. Decisão proferida por juiz de primeira instância. Juízo absolutamente incompetente. Posterior oferecimento de denúncia perante o juízo competente. Ausência de provas novas. Impossibilidade. Coisa julgada. Pressuposto processual negativo. Precedentes.

IP 0021210-39.2010.4.03.0000

Desembargador Federal Mairan Maia311

“Habeas Corpus”. Agente maior de 70 anos após o juízo condenatório. Redução do prazo prescricional. Inaplicabilidade do artigo 115 do CP.

HC 0004344-43.2016.4.03.0000

Desembargador Federal Paulo Fontes340

“Habeas Corpus”. Tráfico internacional de drogas. Pedido de prisão domiciliar. Ausência dos requisitos legais necessários. Impossibilidade. Prisão preventiva. Legalidade. Ordem denegada.

HC 0012558-23.2016.4.03.0000

Desembargador Federal José Lunardelli 345

“Habeas Corpus”. Crime de desobediência. Construção imposta por juízo trabalhista. Constrangimento ilegal verificado. Ordem concedida.

HC 0013091-79.2016.4.03.0000

Desembargador Federal Maurício Kato 351

“Habeas Corpus”. Execução provisória da pena. Possibilidade. Constrangimento ilegal. Inexistência. Violação a princípios constitucionais. Ausência. Ordem denegada.

HC 0014268-78.2016.4.03.0000

Desembargador Federal Souza Ribeiro354

DIREITO TRIBUTÁRIO

Imposto importação. Isenção. Lei nº 3.244/1957. Enquadramento máquina importada.

ApelReex 0056448-12.1997.4.03.6100

Desembargadora Federal Mônica Nobre363

AFRMM. Adicional de frete para a renovação da marinha mercante. Sujeição passiva da empresa consignatária. Lei Federal nº 10.206/2011. Inadequação do Mandado de Segurança para produção de provas.

0011378-37.2009.4.03.6104

Desembargador Federal Fábio Prieto 367

IPTU. Taxas. Imóvel da extinta RFFSA. Sucessão pela União. Imunidade recíproca. Aplicabilidade. Embargos à Execução Fiscal. Nulidade do lançamento. Inocorrência. Ausência de elementos da CDA. Inocorrência. Constitucionalidade. Precedentes do STF.

AMS 0048357-84.2011.4.03.6182

Desembargador Federal Marcelo Saraiva370

Contribuição previdenciária. Décimo terceiro salário. Artigo 22, I, da Lei nº 8.212/1991. Ilegalidade do ato declaratório interpretativo nº 42/2011. Compensação. Tributos de mesma destinação e espécie. Artigo 170-A do CTN. Prescrição quinquenal. Atualização. Taxa SELIC.

AMS 0000972-27.2013.4.03.6100

Desembargador Federal Hélio Nogueira 375

Execução Fiscal. Protesto. Sustação. Quitação parcial da dívida.

AI 0028289-30.2014.4.03.0000

Desembargador Federal Antonio Cedenho383

IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. Não incidência. Indenização por extinção de contrato de representação comercial. Lei nº 4.886/1965, alterada pela Lei nº 8.420/1992. Caráter de dano emergente. Compensação. Restrição prevista no artigo 26, parágrafo único, da Lei nº 11.457/2007.

AMS 0002816-54.2015.4.03.6128

Desembargadora Federal Consuelo Yoshida388

ICMS/ISS inclusão na base de cálculo da COFINS e do PIS. Legalidade. Súmulas nºs 68 e 94/STJ.

AMS 0005916-23.2015.4.03.6126

Juiz Federal Convocado Marcelo Guerra397

IRPF. Isenção. Proventos de pensão por morte. Neoplasia maligna de tireóide. Artigo 39, § 6º, do Decreto nº 3.000/99. Posterior ausência de sintomas da doença não justifica a revogação do benefício isencional.

AI 0008039-05.2016.4.03.0000

Desembargador Federal Johonsom Di Salvo411

Recuperação judicial da executada. Prosseguimento da ação de execução fiscal. Possibilidade da prática de atos constritivos.

AI 0012189-29.2016.4.03.0000

Juíza Federal Convocada Leila Paiva Morrison 416

SENTENÇAS

Ação Demolatória. Inquérito Civil. Implantação de píer sem autorização do DEPRN. Demolição de construção irregular.

0000261-14.2013.4.03.6135

Juiz Federal Gustavo Catunda Mendes425

Embargos à Execução Fiscal. Cobrança de receitas não-tributárias. Aforamento e laudêmio.

0009132-86.2013.4.03.6182

Juiz Federal Erik Frederico Gramstrup433

Ação Penal. Crime de calúnia. Imputação falsa de crime de falsidade ideológica e ameaça à Delegado da Polícia Federal.

0006118-52.2014.4.03.6120

Juiz Federal Márcio Cristiano Ebert439

Ação Penal. Intercepção de encomenda contendo sementes de maconha. Confissão sobre a intenção de semear as sementes para consumo próprio. Alegação de desconhecimento da ilicitude da conduta.

0001710-72.2015.4.03.6123

Juiz Federal Gilberto Mendes Sobrinho 447

Ação Penal. Assalto praticado em concurso de pessoas contra carteiro. Porte de arma de fogo. Reconhecimento fotográfico. Depoimentos desconexos.

0011942-66.2015.4.03.6181

Juíza Federal Renata Andrade Lotufo 452

Mandado de Segurança. Prorrogação do período de carência do Contrato de Financiamento Estudantil – FIES. Inscrição em programa de residência médica (área de concentração Pediatria) junto à UNESP.

0001477-17.2016.4.03.6131

Juiz Federal Mauro Salles Ferreira Leite 457

Mandado de Segurança. Concurso público. Magistério. Vacância. Preenchimento da vaga por seleção interna. Ilegalidade do remanejamento.

0003519-75.2016.4.03.6119

Juiz Federal Etiene Coelho Martins 465

SÚMULAS

Súmulas do TRF da 3ª Região 471

Súmulas da Turma Regional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais da 3ª Região 475